

# AS RAÍZES DO PATRIARCADO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

---

*Victor Sugamoto Romfeld\**

**RESUMO:** estudos sociológicos de feministas brasileiras e estrangeiras indicam que nem sempre as sociedades mundiais estiveram sob a égide do patriarcado. Em períodos pré-históricos, pesquisas apontam que a mulher assumiu a centralidade das organizações sociais. Entretanto, com o fortalecimento do patriarcado e a ascensão do capitalismo, este sistema econômico se apropria do mito da inferioridade feminina, ampliando a opressão e a exploração sobre as mulheres. Apesar dos avanços trazidos pelo feminismo, a realidade brasileira ainda convive com diversos obstáculos, de tal sorte que somente é possível compreender adequadamente a violência contra as mulheres a partir da intersecção entre classe, raça e gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** feminismo; patriarcado; violência contra as mulheres no Brasil.

**ABSTRACT:** sociological studies conducted by brazilian and foreigner feminists demonstrate that societies have not always been under patriarchy. Researches reveal that women took a central importance in the social organizations in prehistorical societies. However, during the strengthening of patriarchy and the rise of capitalism, this mode of production appropriates the myth of women inferiority, broadening the oppression and exploitation of women. Despite the social advances brought by feminism, a lot of obstacles remain in the brazilian reality so that the only way to comprehend properly the violence against women is to take into account the intersection among class, race and gender.

**KEYWORDS:** feminism; patriarchy; violence against brazilian women.

## 1 INTRODUÇÃO

Considerando o atual contexto histórico no qual estamos inseridos, marcado por um turbilhão de mudanças e pela velocidade dos acontecimentos,

---

\* Graduado em Direito pela UFPR. Pós-graduado pelo ICPC. victorromfeld@gmail.com.

abordar a temática da violência contra as mulheres, não raro, pode soar ao “senso comum” como algo “exagerado”, ou ainda, que diz respeito a épocas já superadas.

No entanto, pesquisas recentes – cujos dados serão devidamente apontados nos tópicos subsequentes – indicam que, apesar dos avanços, o Brasil tem um longo caminho na luta pelo fim do machismo.

Enfrentar um problema tão complexo, de proporções mundiais, significa recorrer a várias áreas do conhecimento, seja a Sociologia, a História, a Filosofia, o Direito e mesmo a Criminologia. A intersecção entre esses múltiplos saberes certamente contribui substancialmente para que se desvendem as origens (ou raízes) do patriarcado, caracterizado por relações de dominação e de subordinação que não são frutos da natureza, mas do processo de socialização entre homens e mulheres (TELES; MELO, 2003, p. 18).

O título do presente artigo certamente é ousado, mas foi escolhido propositalmente. Se há uma constante naturalização das relações de gênero, interpretadas a partir de critérios supostamente biológicos<sup>1</sup>, então é do interesse de qualquer pesquisador das questões de gênero investigar hipóteses sobre o surgimento da dominação masculina, a apropriação do mito da inferioridade da mulher pelo capitalismo, bem como a intersecção entre classe, raça e gênero.

Todos esses elementos contribuem imensamente para uma compreensão mais adequada acerca da violência contra as mulheres, não só em termos globais, mas especialmente quanto à realidade brasileira.

## **2 DA SOCIEDADE MATRICÊNTRICA À SOCIEDADE PATRIARCAL**

Quando se discute a posição da mulher perante a sociedade como um todo, não raro se escuta uma série de preconceitos e lugares comuns sobre a questão feminina. Fala-se, por exemplo, que a mulher é mais frágil, sensível e vaidosa que o homem. Estas concepções são mascaradas com argumentos aparentemente científicos, de tal sorte que aquilo que foi construído socialmente – ou seja, a cultura patriarcal –, é justificado biologicamente.

Isto pode ser feito a partir de diversas perspectivas: a mulher é naturalmente apta aos cuidados do lar, enquanto o homem é aquele que vai “à

---

1 “A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar a luz” (SAFFIOTI, 1987, p. 9).

caça”, distanciando-se do ambiente doméstico por apresentar mais força física do que a mulher. Este é apenas um dos infinitos exemplos através dos quais se perpetua, ideologicamente, a dominação masculina, encarada como algo que sempre existiu, desde tempos remotos.

Nadando contra a “correnteza patriarcal”, Simone de Beauvoir faz uma constatação marcante em uma de suas principais obras, inaugurando-a afirmando que: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Apesar de a frase ter ensejado críticas por parte do feminismo contemporâneo (BUTLER, 2003, p. 27 e 162), ela significa que o gênero é culturalmente construído e colocado sob um corpo sexuado.

Sendo assim, a condição da mulher não é uma condição natural, mas naturalizada. No entanto, cotidianamente, mecanismos ideológicos fazem com que boa parte das pessoas não consiga visualizar a desigualdade entre os gêneros, reforçando o status quo a partir de uma falaciosa igualdade entre homens e mulheres.

Para abalar as certezas oriundas deste senso comum, é imprescindível questionar se sempre fomos regidos por uma cultura patriarcal. Em outras palavras, é necessário investigar se, historicamente, houve alguma sociedade distinta daquela em que vivemos.

Segundo os estudos sociológicos e antropológicos de Rose Marie Muraro, possivelmente nunca existiu uma organização social matriarcal, mas sim sociedades matricêntricas/matrilocais:

Aliás, provavelmente, nunca deve ter existido uma organização social matriarcal, seja ela animal, humana, ou proto-humana. Porque matriarcal, por analogia a patriarcal, a organização social que veio depois, seria uma sociedade governada por mulheres da mesma maneira que os homens governaram as nossas sociedades atuais, isto é, de maneira autoritária, de cima para baixo, os chefes determinando o comportamento e o modo de pensar dos outros elementos do grupo. Ao contrário, as sociedades matricêntricas e matrilocais como as conhecemos apresentam entre seus membros relações não tão cerradas quanto nas sociedades patriarcais. A relação macho/fêmea é esporádica e casual, e quando existe um “casamento”, isto é, uma relação estável, ela tende a não ser exclusiva, ou ao menos escravizadora de uma das partes. A relação pais/filhos ou mãe/filhos é protetora e fluida, a criança é educada não para executar tarefas pré-fabricadas para ela, mas para cedo se tornar independente. (MURARO, 2000, p. 13-14)

Neste tipo de organização social, datado da pré-história da

humanidade, e chamado de “sociedade primitiva”, os meios de produção eram propriedade comum e não existia nenhuma forma de dominação de um sexo pelo outro. Em linhas gerais, pode-se dizer que sua centralidade estava na gens materna e no clã materno (REED, 2008, p. 25-26). Estas são as conclusões de Evelyn Reed, que parte do pensamento do cientista e antropólogo Lewis Morgan<sup>2</sup>.

Além disso, na sociedade mencionada, a maternidade não era vista como algo inferior, mas como verdadeiro dom da natureza, investindo as mulheres de poder e prestígio, por serem dotadas de funções procriadoras (REED, 2008, p. 51). Não obstante estas dirigissem a vida social, isto não se traduzia numa pura e simples inversão (do patriarcado para um “matriarcado”), pois não havia qualquer dominação entre os sexos (REED, 2008, p. 52).

Como a maternidade acabava impulsionando o trabalho, a fusão entre eles consolidou, à época, o protagonismo feminino. Ainda que os homens fossem responsáveis pela caça, a fonte mais segura de alimentos era proporcionada pelas mulheres, que colhiam vegetais. Isto fez com que fossem pioneiras, por exemplo, na domesticação de animais e no descobrimento da agricultura (REED, 2008, p. 54-56).

A despeito de alguns conceitos e algumas análises aparentemente evolucionistas, as reflexões trazidas à tona devem ser devidamente apreciadas, principalmente porque são capazes de desconstruir concepções que procuram naturalizar o patriarcado, tornando-o um dado apreensível, facilmente explicável e meramente biológico<sup>3</sup>.

Sob pena de incorrer em uma historiografia positivista, não se pode eleger um momento histórico exato no qual as sociedades passaram a ser patriarcais, transição que foi lenta e gradual. As mulheres, responsáveis pelos filhos, pelo grupo e pelo provimento de alimentos, tinham menos tempo livre que o homem (MURARO, 2000, p. 63). Este, por sua vez, passou a exercer maior controle sobre a natureza, e também sobre a sexualidade feminina. A abstração deste “controle” concretizou-se no conceito de

---

2 O autor Lewis Morgan também serviu de inspiração para Karl Marx e Friederich Engels. Este, por sua vez, faz reflexões similares às de Evelyn Reed, questionando o mito de que a família monogâmica sempre existiu, e destacando que a figura masculina ocupou posições distintas, de acordo com configurações familiares anteriores ao modelo monogâmico-patriarcal (ENGELS, 2002, p. 31-83).

3 “E é a Palavra, o patriarcado, que quer fazer da dominação masculina um fato “natural” e biológico. E o patriarcado é de tal modo hoje uma realidade bem-sucedida que muitos não conseguem pensar na organização da vida humana de maneira diferente da patriarcal, em que o macho domina de direito e de fato” (MURARO, 2000, p. 61).

superioridade/transcendência do homem sobre a natureza e a mulher. Desenvolve-se, então, uma moral dupla, decorrente de um profundo medo que passou a existir em relação ao “feminino” (MURARO, 2000, p. 64).

Portanto, o patriarcado transforma os laços afetivos em relações de poder, as quais se consolidam na família monogâmica. Neste modelo, a centralidade da mulher cede ao predomínio masculino, que exige a paternidade indiscutível de seus filhos, os quais – enquanto herdeiros diretos – entrarão futuramente na posse dos bens do pai (ENGELS, 2002, p. 62). Embora seja criticada por seu “economicismo”, esta interpretação não pode ser desconsiderada, uma vez que ainda vivemos sob a égide de um sistema econômico capitalista, que se apropria do patriarcado e seu modelo de família monogâmica.

Nesta relação de dupla submissão (simbiose entre patriarcado e capitalismo), as mulheres encontram-se claramente em desvantagem, especialmente quando se observa o último Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) – intitulado “A armadilha do gênero – Mulheres, violência e pobreza” –, segundo o qual 70% dos indivíduos pobres do planeta são mulheres<sup>4</sup>. Não por um acaso, verifica-se – de acordo com a pesquisa anual realizada em 2014 pela Forbes – que entre 65 brasileiros bilionários, somente 13 deles são mulheres<sup>5</sup>.

Os dados expostos podem não estar totalmente corretos, mas seguramente indicam uma realidade nacional e internacional, ou seja, a posição feminina perante sociedades patriarcais-capitalistas. Neste sentido, o feminismo com enfoque marxista não pode ser classificado como ultrapassado, uma vez que muitos aspectos referentes à desigualdade entre os sexos ainda não foram superados. Além disso, o feminismo de viés marxista apresenta argumentos convincentes acerca da transição das sociedades matricêntricas às sociedades patriarcais, pautadas pelo paradigma da família monogâmica e heterossexual.

Essa “nova” configuração familiar, descrita anteriormente, funda-se no mito da inferioridade da mulher, posta sob um rigoroso regime de castidade e fidelidade conjugal.

### 3 O MITO DA INFERIORIDADE E SUA APROPRIAÇÃO PELO

---

4 Disponível em: <<https://www.amnesty.org/ar/library/asset/ACT77/009/2009/ar/b2f94dc6-69e2-4c83-9310-c892bdd03c8c/act770092009spa.pdf>>. Acesso em: 25/02/2015.

5 Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/veja-quem-sao-os-65-bilionarios-brasileiros-da-forbes-2014>>. Acesso em: 25/02/2015.

## CAPITALISMO

Ao contrário do que pode parecer, o machismo, a cultura patriarcal e a falaciosa inferioridade feminina não são termos anacrônicos, relativos a épocas remotas ou superadas. Trata-se de ideias fundadas na desigualdade entre os sexos, que durante séculos, apoderaram-se organicamente de nossa mentalidade (KOLONTAI, 2011, p. 54). Não obstante os consideráveis avanços conquistados pelos movimentos feministas, ainda vivemos sob o manto do patriarcado, que insiste em manter as mulheres em posições submissas e vulneráveis, expostas a toda sorte de violência. Não por um acaso, pesquisas recentes indicam que o Brasil é o 7º país que mais mata mulheres no mundo<sup>6</sup>. Também é o país no qual, a cada 12 segundos, uma mulher é estuprada<sup>7</sup>.

Com isso, a intenção de citar esses dados não é insinuar (ou reforçar) uma suposta condição de “eternas vítimas”, mas sim reconhecer, objetivamente, a violência contra a população feminina brasileira, e ao mesmo tempo, desmascarar a cultura patriarcal, que assume diariamente uma roupagem de “normalidade”.

Esta cultura é fundada na assimetria entre homens e mulheres de tal forma que diferenças biológicas (corpo masculino x corpo feminino) são tidas como justificativas naturais da divisão social do trabalho e da diferença socialmente construída entre os gêneros (BOURDIEU, 2014, p. 20). De acordo com o discurso patriarcal, as mulheres estão inclinadas ao lar e às tarefas domésticas, devido a características intrínsecas (delicadeza, docilidade, sensibilidade, entre muitas outras). Por outro lado, os homens, dotados de maior força física, são naturalmente agressivos, racionais, aptos ao espaço público<sup>8</sup>. Muito embora não seja adequado cogitar uma natureza masculina

---

6 Informações constantes no Mapa da Violência 2012. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf)>. Acesso em: 09/03/2015.

7 Dados de 2013, segundo a Secretaria de Políticas para Mulheres. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/a-cada-12-segundos-uma-mulher-sofre-violencia-no-brasil-informa-secretaria-de-politicas-para-mulheres-02082013>>. Acesso em: 09/03/2015.

8 Confira-se um trecho no qual Evelyn Reed faz severas críticas a essa dicotomia artificial: “Uma das fábulas favoritas de nossa sociedade é a de que as mulheres são por natureza um sexo inferior, e que são inferiores devido a suas funções reprodutoras. A história se explica assim: a mulher está obrigada a ficar em casa porque tem que cuidar de seus filhos, e portanto seu lugar é o lar. Como “corpo doméstico”, naturalmente representa, desde o ponto de vista social, um “zero”, o

violenta e uma natureza feminina dócil enquanto dados ontológicos (BARSTED, 1997, p. 74), é exatamente nesta dicotomia em que se encontra o mito da inferioridade da mulher.

Mas se alguém (ou um determinado grupo social) é considerado como “inferior”, então é possível detectar um patamar de superioridade, que nas sociedades patriarcais é ocupado, obviamente, por homens.

Considerando a existência de uma série de características ontologicamente masculinas, o rol de atributos femininos é definido a partir de “esquemas de oposições”, de acordo com a terminologia usada por Bourdieu (BOURDIEU, 2014, p. 19). Em outras palavras, basta inverter os caracteres supostamente masculinos para obter aqueles “tipicamente femininos”: dóceis, sensíveis, sentimentais (ou irracionais), frágeis, etc. Com os papéis sociais estabelecidos – delimitando o “lugar” de cada sexo na sociedade como um todo –, a dicotomia mencionada é tida como um padrão, a ser seguido por todos os indivíduos.

Para que a visão androcêntrica imponha-se como “neutra”, não basta apenas que os homens participem ativamente, reproduzindo machismo através de seus comportamentos, atitudes e lugares privilegiados que ocupam. A naturalização das relações de dominação se consolida a partir do momento em que os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes (BOURDIEU, 2014, p. 46).

Isto não quer dizer que as mulheres são responsáveis pela opressão das quais são alvos, como bem alertou Bourdieu:

Lembrar os traços que a dominação imprime perduravelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce através deles não significa dar armas a essa maneira, particularmente viciosa, de ratificar a dominação e que consiste em atribuir às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, sugerindo, como já se fez algumas vezes, que elas escolhem adotar práticas submissas (“as mulheres são seus piores inimigos”) ou mesmo que elas gostam dessa dominação, que elas “se deleitam” com os tratamentos que lhes são infligidos, devido a uma espécie de masoquismo constitutivo de sua natureza. Pelo contrário, é preciso assinalar não só que as tendências à

---

“segundo sexo”, enquanto os homens, que se sobressaem na vida econômica, política e intelectual, representam um sexo superior. De acordo com esta propaganda patriarcal, as funções maternas da mulher se instrumentalizam para justificar as desigualdades existentes entre os sexos de nossa sociedade e a posição subalterna ocupada pela mulher”. (REED, 2008, p. 29).

“submissão”, dadas por vezes como pretexto para “culpar a vítima”, são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. (BOURDIEU, 2014, p. 52)

O conjunto de mitos que, aos poucos, contribui para a constante inferiorização da mulher tem uma importância política considerável, pois além de introduzir a dominação masculina, também é capaz de torna-la benéfica e necessária a todos, como bem observou Rose Marie Muraro (MURARO, 2000, p. 37).

Isto significa que, de acordo com o momento histórico e sua sociedade correspondente, existe um interesse político na manutenção do status quo, ou seja, na persistência da exploração e da opressão das mulheres, situações nitidamente distintas<sup>9</sup>. Esta diferenciação é necessária para esclarecer que a opressão de gênero não surge com a sociedade capitalista, pois é anterior a ela. Na mesma linha seguida por Andrea D’Atri, “(...) defendemos que apesar de não ter surgido com o capitalismo, a opressão das mulheres adquire sob este modo de produção traços particulares, convertendo o patriarcado em um aliado indispensável para a exploração e a manutenção do status quo” (D’ATRI, 2008, p. 25).

O interesse, neste breve tópico, recai justamente sobre a apropriação da ideologia patriarcal pelo capitalismo, na tentativa de compreendê-la como mecanismo que opera favoravelmente ao sistema capitalista de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 59). O surgimento deste sistema econômico trouxe consigo condições desfavoráveis à mulher: no plano superestrutural, as capacidades femininas eram subvalorizadas a partir de mitos justificadores da supremacia masculina; no plano estrutural, com o desenvolvimento das forças produtivas, as mulheres foram marginalizadas, situadas na periferia do sistema

---

9 Para diferenciar as duas categorias, são oportunas as explicações de Andrea D’Atri: “Desde uma perspectiva marxista, consideramos a exploração como a relação entre as classes que faz referência à apropriação do produto do trabalho excedente das massas trabalhadoras por parte da classe possuidora dos meios de produção. Trataria-se, nesse caso, de uma categoria que tem suas raízes nos aspectos estruturais econômicos. Enquanto poderíamos definir a opressão como uma relação de submissão de um grupo sobre o outro por razões culturais, raciais ou sexuais. Ou seja, a categoria da opressão se refere ao uso das desigualdades para colocar em desvantagem um determinado grupo social. Daí sustentamos que se nós mulheres integramos diferentes classes sociais em luta, por isso, não constituímos uma classe diferente, mas sim um grupo policlassista” (D’ATRI, 2008, p. 20).

de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 65-66).

Neste contexto, Saffioti demonstra que o modo de produção capitalista recorre à tradição para justificar a marginalização de determinados setores sociais do sistema produtivo. Assim, o fator sexo “(...) passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

As mulheres, originariamente destinadas às tarefas do lar<sup>10</sup>, também passam a assumir postos de trabalho nas relações produtivas. Não porque o mercado de trabalho deixou de ser machista, abandonando preconceitos consolidados historicamente, mas principalmente porque há uma demanda por mais trabalhadores. Para potencializar o processo de acumulação do capital, não bastava empregar contingentes masculinos; era imprescindível extrair o máximo de mais-valia, a partir de uma mão-de-obra ainda mais barata e precarizada. De acordo com a feminista marxista supracitada:

As desvantagens sociais de que gozavam elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. (SAFFIOTI, 2013, p. 67)

Ainda que os movimentos feministas tenham alterado sensivelmente as condições sociais, econômicas e culturais que atingiam (e ainda atingem) as mulheres, não se pode ignorar o fenômeno contemporâneo denominado “teto de cristal”, segundo o qual nas esferas acadêmica e trabalhista, as mulheres têm dificuldades de alcançar cargos mais altos na mesma proporção que os

---

10 No que diz respeito à realidade brasileira, estudos divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2013 indicam que o Brasil, além de ter o maior número de domésticas do mundo, tem 6,7 milhões de mulheres, num universo de 7,2 milhões de empregados domésticos. Isto significa que, em nosso país, 93% dos trabalhadores domésticos são mulheres. Disponível em: <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>>. Acesso em: 17/03/2015. Mesmo nas famílias em que não se contrata um empregado (ou empregada), pesquisas (datadas de 2011) apontam que o trabalho doméstico ainda é tarefa feminina: mulheres dedicam, em média, 27,7 horas por semana para afazeres em casa, aso passo que homens dedicam 11,2 horas semanais. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12241>>. Acesso em: 17/03/2015.

homens, embora apresentem a mesma capacidade e desempenho destes (D’ATRI, 2008, p. 21). O fenômeno em destaque pode ser facilmente constatado em âmbito nacional, onde os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução<sup>11</sup>.

Todos os dados expostos (referentes às diferenças salariais, à quantidade de empregados domésticos, à divisão de tarefas atinentes ao lar e aos diversos aspectos da violência contra as mulheres) dizem respeito à realidade brasileira. Apesar do inquestionável progresso quanto às questões de gênero, o Brasil ainda é um país refém do machismo. E para compreender da forma mais ampla possível a posição feminina nessa sociedade, as categorias “classe”, “raça” e “gênero” devem ser analisadas concomitantemente.

#### **4 IDENTIFICANDO E DESFAZENDO O “NÓ”: CLASSE, RAÇA E GÊNERO**

Algumas feministas (como Andrea D’Atri) afirmam que, atualmente, a desigualdade entre mulheres e homens é distorcida por discursos legitimadores de uma liberdade feminina já consolidada, como se as pautas feministas estivessem esgotadas diante dos avanços obtidos nas últimas décadas. Contudo, este discurso “(...) faz referência exclusivamente a algumas mulheres e a determinados aspectos parciais de suas vidas e direitos, ocultando que a questão da opressão de gênero está entrelaçada indissolivelmente também à questão da exploração de classes” (D’ATRI, 2008, p. 22).

Mais do que isso: oculta-se também a questão racial, fundamental para o contexto histórico da sociedade brasileira. Segundo o “Censo 2010”, pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 50,7% dos brasileiros são negros, o que corresponde a 96,7 milhões de pessoas<sup>12</sup>. Ainda que sejam maioria no país, continuam sendo um setor social marginalizado, alvo de uma série de discriminações, o que conduziu à

---

11 Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 18/03/2015. O estudo envolveu 18 países latino-americanos, foi promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e divulgado pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) em parceria com outras instituições públicas e organismos internacionais.

12 Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/bps\\_20\\_c\\_ap08.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_20_c_ap08.pdf)>. Acesso em: 20/03/2015.

formulação de políticas afirmativas em âmbito nacional<sup>13</sup>.

As origens da opressão de gênero, do antagonismo de classes, e do racismo certamente não são as mesmas. Embora apresentem contextos históricos distintos, atualmente essas variáveis operam em conjunto. Conforme alertou a feminista Heleieth Saffioti, não se trata simplesmente de soma-las (racismo + gênero + classe social), mas sim perceber a nova realidade resultante desta fusão de variáveis qualitativas, que tornam a situação das mulheres muito mais complexa (SAFFIOTI, 2004, p. 115).

O sociólogo Alain Touraine captou muito bem a intersecção entre as referidas categorias:

As mulheres submetidas a uma dominação específica não são apenas mulheres, e conseqüentemente, são submetidas a outras formas de dominação. Uma mulher é igualmente uma operária ou uma enfermeira e, na maioria dos casos, ela é uma assalariada. Talvez ela sofra assédio sexual; mas ela igualmente é, como muitos assalariados homens, submetida a pressões profissionais e econômicas que podem gerar nela formas de protesto ou até mesmo uma consciência de classe que não estão associadas ao gênero. (...) Qual o fator mais decisivo: o gênero ou o status socioeconômico? Mais radical ainda é o enfrentamento entre as feministas “brancas”, geralmente advindas das classes médias escolarizadas, e as feministas (em particular lésbicas) afro-americanas. Aqui, igualmente, qual é a dimensão mais importante da experiência: o gênero ou a pertença étnica? Quem vence: o preconceito contra as mulheres ou o preconceito contra os negros? O problema é menos importante se considerarmos as três formas de dominação – gênero, classe e “raça” – como interdependentes, ou seja, como variantes de uma mesma dominação geral. (TOURAINÉ, 2010, p. 126)

Com isso, rejeitamos interpretações que pretendem sobrepor uma das variáveis em detrimento das demais; como a posição de Evelyn Reed, para quem “classe contra classe” deve ser a linha mestra da luta pela libertação da humanidade em geral, e da mulher em particular (REED, 2008, p. 87).

Na contramão deste entendimento, para desvendar a complexidade

---

13 Por exemplo, as cotas para negros nas universidades públicas, bem como a Lei nº 12.990/2014, a qual “Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”.

do “nó”<sup>14</sup> das relações de dominação (classe, gênero e raça), é preciso dispor de ferramentas teóricas capazes de apreendê-las simultaneamente. Identificar o “nó” é apenas o primeiro passo, pois a tarefa mais desafiadora consiste em desfazê-lo, procurando entender como as categorias mencionadas estão imbricadas.

Sendo assim, não há que se falar unicamente em sociedades divididas entre homens dominadores e mulheres subordinadas, pois o patriarcado também convive com o capitalismo, segundo o qual a desigualdade entre as classes sociais constitui outra fonte de dominação (SAFFIOTI, 1987, p. 16). Com a simbiose entre os três sistemas de dominação-exploração ao longo da história, surge o que Saffioti chama de “patriarcado-racismo-capitalismo” (SAFFIOTI, 1987, p. 60), no qual a heterogeneidade de segmentos sociais (como negros, mulheres e LGBT’s) facilita a divisão destes grupos, enfraquecendo-os (SAFFIOTI, 1987, p. 87).

Entretanto, se na realidade cotidiana os referidos sistemas de dominação-exploração são inseparáveis, não há como tratá-los de forma independente, mas sim de maneira simultânea. Caso contrário, corre-se o risco de individualizar as lutas e esgotar suas potencialidades.

Desse modo, reexaminar a priorização dessas lutas significa criticar concepções que colocam o antagonismo de classes em um patamar superior, atribuindo um papel secundário à luta contra o patriarcado e contra o racismo. Nas palavras da feminista já destacada:

As pessoas situadas na esquerda política, e especialmente as comunistas, não admitem a luta contra o patriarcado e contra o racismo em pé de igualdade com a luta de classes. Privilegiam, incontestavelmente, esta última. Este privilegiamento deriva da crença na maior importância da contradição entre as classes como princípio estruturador das sociedades caracterizadas pela presença do patriarcado-racismo-capitalismo. No fundo, acredita-se que, abolindo-se as classes sociais através da socialização dos meios de produção, ou seja, da eliminação da propriedade privada dos meios de produção, chega-se, com menor esforço, à igualdade racial e entre as categorias de sexo. Essa crença, que determina a estratégia de luta de priorização do combate às classes sociais, visando à sua eliminação, deriva de uma apreensão atomizada, em separado, dos três sistemas, fundidos em um só, de dominação-exploração. (SAFFIOTI, 1987, p. 88-89)

---

14 O termo é utilizado por Heleieth Saffioti, tanto na obra “O poder do macho”, como em “Gênero, patriarcado, violência”.

A discussão em destaque – ou seja, a intersecção entre três sistemas de dominação-exploração –, é fundamental para compreender as nuances da violência contra as mulheres na sociedade brasileira. Se há uma relação praticamente mutualística entre capitalismo, patriarcado e racismo, então não parece razoável afirmar que uma mulher branca, rica, heterossexual e uma mulher negra, pobre e homossexual são igualmente discriminadas/oprimidas. Questão mais delicada ainda diz respeito às pessoas que fogem ao padrão cisgênero, considerando que segundo Rogério Scottili (Secretário de Direitos Humanos do Município de São Paulo), o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo<sup>15</sup>.

O intuito neste tópico, ao trazer à tona a intersecção entre as categorias classe, gênero e raça, consiste em aprofundar a complexa temática da violência contra a população feminina brasileira, o que não significa reforçar a posição de vítima dos sistemas mencionados. Concordamos com Alain Touraine quando sustenta que “contra essa imagem caricatural das mulheres e para não deixá-las reduzidas à dependência na qual se encontram em relação aos homens, é necessário insistir na diversidade interna dessa vasta categoria e, principalmente, procurar as atrizes por detrás das vítimas” (TOURAINÉ, 2010, p. 87).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o feminismo marxista (representado especialmente por Rose Marie Muraro, Evelyn Reed, Heleieth Saffioti, Alexandra Kolontai e Andrea D’Atri), é possível constatar momentos históricos nos quais a organização social era marcada pela centralidade da mulher (sociedades matricêntricas). Isto não significa, em nenhuma medida, que os homens eram considerados inferiores, mas destaca o protagonismo feminino na produção e reprodução da vida. As pesquisas das autoras mencionadas derrubam todos os argumentos oriundos do senso comum machista, pois não vivemos sob a égide de um patriarcado universal e eterno, presente em todos os períodos históricos da humanidade.

Mesmo assim, há uma constante naturalização de alguns mitos sobre a mulher, principalmente em relação à sua suposta “inferioridade”, ou ainda, quanto a características tidas como ontologicamente femininas. Com os papéis de gênero estabelecidos, o capitalismo se apropria desse “legado sexista”,

---

15 Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/prefeitura-de-sao-paulo-pagara-salario-minimo-para-travestis-estudarem-15002868>>. Acesso em: 24/03/2015.

hierarquizando a mão-de-obra a partir destes valores de tal forma que isto contribui decisivamente para o processo de acumulação do capital. Em outras palavras, indivíduos ou grupos rotulados pela inferioridade (como as mulheres) recebem menos pela venda de sua força de trabalho, expandindo a extração de mais-valia.

A fusão entre capitalismo e patriarcado revela que as mulheres estão duplamente vulneráveis: não só nas relações de gênero, mas também nas relações de trabalho. Se esta mulher for negra, a probabilidade de ser discriminada e/ou violentada é ainda maior. Por isso, a complexidade dessa gama de violência(s) somente pode ser explorada e compreendida a partir do patriarcado-racismo-capitalismo, categoria desenvolvida por Saffioti, considerando a incidência simultânea dos três sistemas de dominação-exploração.

Todas as considerações feitas até então podem parecer demasiadamente abstratas, ou ainda, limitando-se ao âmbito teórico. Todavia, como teoria e práxis nunca podem estar separadas, este arcabouço teórico feminista pode se mostrar muito útil na formulação de políticas públicas para o enfrentamento da opressão de gênero. Por isso, a partir destas reflexões, é preciso buscar estratégias para erradicar, a curto, médio e longo prazo este fenômeno aparentemente milenar para que, um dia, o machismo seja efetivamente superado, e por fim, relegado ao esquecimento.

## REFERÊNCIAS

BARSTED, Leila Linhares. **Metade vítimas, metade cúmplices?** A violência contra as mulheres nas relações conjugais. In: DORA, Denise Dourado (Org.). *Feminino, masculino: igualdade e diferença na justiça*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

D'ATRI, Andrea. **Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Edições Iskra, 2008.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 6ª tiragem. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2000.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Monica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. 2. ed. revista. Petrópolis: Vozes, 2010.

---

Recebido em: 31 jul. 2015

Aceito em: 07 set. 2015

